ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO D. PEDRO IV

Anúncio n.º 7275/2007

É constituída a Associação de Pais e Encarregados de Educação D. Pedro IV, que se rege pelos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I

Da denominação, natureza e fins

Artigo 1.º

A Associação de Pais e Encarregados de Educação D. Pedro IV, também designada abreviadamente por APDP, congrega e representa pais e encarregados de educação dos sete estabelecimentos de infância geridos pela Fundação D. Pedro IV, nomeadamente: estabelecimento de Arroios, estabelecimento de Calafates, estabelecimento da Junqueira, estabelecimento dos Olivais, estabelecimento de Santa Quitéria, estabelecimento de Santana e estabelecimento de São Vicente.

Artigo 2.º

A APDP é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que se regerá pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.

Artigo 3.º

A APDP tem a sua sede social na sede da Fundação D. Pedro IV, sita na Travessa do Torel, 1, na freguesia da Pena, concelho de Lisboa.

Artigo 4.º

A PDP exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religião.

Artigo 5.º

São fins da APDP:

- Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para que os pais e encarregados de educação possam cumprir integralmente a sua missão de educadores;
- Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da personalidade do educando;
- Propugnar por uma política de apoio à infância que respeite e promova os valores fundamentais da pessoa humana.

Artigo 6.º

Compete à APDP:

- Pugnar pelos justos e legítimos interesses dos educandos na sua posição relativa aos estabelecimentos de infância e à educação e cultura;
- Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros dos estabelecimentos de infância;
- Promover e cooperar em iniciativas dos estabelecimentos de infância, sobretudo nas de carácter físico, recreativo e cultural;
- Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto das tutelas.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 7.º

São associados da APDP os pais e os encarregados de educação dos educandos matriculados nos estabelecimentos de infância e que voluntariamente se inscrevam na Associação.

Artigo 8.º

São direitos dos associados:

- Participar nas assembleias gerais e em todas as actividades da APDP;
- Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da APDP;
- Utilizar os serviços da APDP para a resolução dos problemas relativos aos seus filhos ou educandos, dentro do âmbito definido no artigo 5.º;
- Serem mantidos ao corrente de toda a actividade da APDP.

Artigo 9.º

São deveres dos associados:

- Cumprir os presentes estatutos;
- Cooperar nas actividades da APDP;
- Exercer, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos;
- Pagar a jóia e as quotas que forem fixadas.

Artigo 10.º

Perdem a qualidade de associados:

- Os pais ou encarregados de educação cujos filhos deixem de estar matriculados nos estabelecimentos de infância;
- Os que o solicitem por escrito;
- Os que infringirem o que se encontra estabelecido nos presentes estatutos;
- Os que não satisfaçam as suas quotas no prazo que lhes venha a ser comunicado.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

Artigo 11.º

São órgãos sociais da APDP a assembleia geral, o conselho executivo e o conselho fiscal.

Artigo 12.º

Os membros da mesa da assembleia geral, o conselho executivo e o conselho fiscal são eleitos anualmente por sufrágio directo e secreto pelos associados que compõem a assembleia geral.

Artigo 13.º

A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 14.º

- A mesa da assembleia geral terá um presidente e dois secretários (1.º e 2.º).
- O presidente da mesa será substituído, na sua falta, pelo 1.º secretário e este pelo 2.º.

Artigo 15.º

- A assembleia geral reunirá em sessão ordinária no primeiro período de cada ano lectivo para discussão e aprovação do relatório anual de actividades e contas e para eleição dos órgãos sociais.
- A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária por iniciativa do presidente da mesa, a pedido da direcção ou do conselho fiscal ou por petição subscrita por, pelo menos, 20 associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 16.º

A convocatória para a assembleia geral será feita com a antecedência mínima de oito dias, por circular enviada a todos os associados, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos.

Artigo 17.º

A assembleia geral considera-se legalmente constituída se estiverem presentes, pelo menos, mais de metade dos associados, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados.

Artigo 18.º

São atribuições da assembleia geral:

- Aprovar e alterar os estatutos;
- Eleger e exonerar os membros dos corpos sociais;
- Fixar anualmente o montante da jóia e da quota;
- Discutir e aprovar o relatório de actividades e contas da gerência;
- Apreciar e votar a integração da APDP em federações e ou confederações de associações similares;
- Dissolver a APDP;
- Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.

Artigo 19.º

A APDP será gerida por um conselho executivo constituído por cinco associados: um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e um vogal.

Artigo 20.º

O conselho executivo reunirá mensalmente e sempre que o presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.

Artigo 21.º

Compete ao conselho executivo:

- a) Prosseguir os objectivos para que foi criada a APDP;
- b) Executar as deliberações da assembleia geral;
- c) Administrar os bens da APDP;
- d) Submeter à assembleia geral o relatório de actividades e contas anuais para discussão e aprovação;
- e) Representar a APDP;
- f) Propor à assembleia geral o montante das jóias e quota a fixar para o ano seguinte;
- g) Admitir e exonerar os associados.

Artigo 22.º

O conselho fiscal é constituído por três associados: um presidente e dois vogais.

Artigo 23.º

Compete ao conselho fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório de actividades e contas da direcção;
- b) Verificar, periodicamente, a legalidade das despesas efectuadas e a conformidade estatutária dos actos da direcção.

Artigo 24.º

O conselho fiscal reunirá uma vez por trimestre ou por solicitação de dois dos seus membros.

CAPÍTULO IV

Do regime financeiro

Artigo 25.º

Constituem, nomeadamente, receitas da APDP:

- a) As jóias e quotas dos associados;
- b) As subvenções ou doações que lhe sejam concedidas;
- c) A venda de publicações.

Artigo 26.º

A APDP só fica obrigada pela assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo obrigatória a do presidente ou do tesoureiro.

Artigo 27.º

As disponibilidades financeiras da APDP serão obrigatoriamente depositadas num estabelecimento bancário, em conta própria da associação.

Artigo 28.º

Em caso de dissolução, o activo da APDP, depois de satisfeito o passivo, reverterá integralmente a favor da entidade que a assembleia geral determinar.

CAPÍTULO V

Disposições gerais e transitórias

Artigo 29.º

O ano social da APDP principia em 1 de Outubro e termina em 30 de Setembro.

Artigo 30.º

Os membros dos corpos sociais exercerão os seus cargos sem qualquer remuneração.

Artigo 31.º

Entre a aquisição de personalidade jurídica pela APDP e a primeira assembleia geral que se realizar, esta será gerida por uma comissão instaladora.

15 de Outubro de 2007. — O Secretário-Geral do Ministério da Educação, *João S. Batista*.

2611057317

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS
DO DOURO SUPERIOR

Anúncio n.º 7276/2007

Cópia extraída da escritura exarada a fls. 69 e 69 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 98-D do Cartório Notarial de Torre de Moncorvo.

Constituição de associação

No dia 7 de Abril do ano 2006, no Cartório Notarial de Torre de Moncorvo, perante mim, ajudante António Alexandre Cabral Pires, em substituição do notário, em virtude do respectivo lugar se encontrar vago, compareceram como outorgantes:

1.º Bruno do Nascimento Paiva Cordeiro, natural da freguesia e concelho de Torre de Moncorvo e residente na Quinta Branca, freguesia de Larinho, deste concelho.

2.º José Carlos de Sá Meneses, natural da freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, onde reside na Rua do Padre Adriano Guerra, 11.

3.º Susana Cristina Rego Leonardo, natural da freguesia de Açoreira, onde reside na Rua Cima do Povo, 34, deste concelho, sendo todos solteiros e maiores.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por serem do meu conhecimento pessoal.

Pelos outorgantes foi dito que pela presente escritura constituem uma associação nos termos dos artigos 167.º a 184.º do Código Civil, a qual adopta a denominação de Associação de Produtores Florestais do Douro Superior, com sede na freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, e vai reger-se pelos estatutos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, cujo conteúdo expressamente declaram conhecer perfeitamente e o qual apresentam a fim de ficar a fazer parte integrante desta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo o referido documento complementar, cuja leitura foi dispensada pelos outorgantes em virtude de terem declarado conhecer perfeitamente o seu conteúdo.

Exibiram certificado de admissibilidade de denominação passado em 7 de Março de 2006 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

(*Assinaturas ilegíveis.*) — O Ajudante, em substituição legal, *António Alexandre Cabral Pires*.

Estatutos da Associação de Produtores Florestais do Douro Superior

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

Artigo 1.º

A Associação de Produtores Florestais do Douro Superior é uma instituição particular, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Artigo 2.º

A Associação tem a sua sede na Avenida de Jorge Luís Borges, 4, 1.º, direito, concelho de Torre de Moncorvo.

A sede social poderá ser alterada por deliberação da assembleia geral.

A Associação abrange a área de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta e Beira Interior.

Artigo 3.º

A Associação tem como objecto apoiar os jovens em investimentos.

Artigo 4.º

A Associação tem ainda como objecto a elaboração, execução e acompanhamento técnico de projectos florestais, no âmbito da produção, exploração e cinegética. Apoio e aconselhamento técnico e jurídico. Promoção de planos de ordenamento e fomento de empacelamento. Produção de produtos florestais e agrícolas. Representação dos associados perante a administração pública e os organismos relacionados com o sector.

Prevenção e controle de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos.

Prestação de serviços a entidades públicas e privadas.

Artigo 5.º

Para a prossecução dos seus objectos a Associação poderá recorrer às formas de intervenção que entender adequadas e nomeadamente:

Promover acções de estudo, formação e informação sobre temas de interesse para os associados, tais como reuniões, cursos, colóquios, visitas de estudo, edições e outras similares;